

F

Despacho Presidencial n.º 27/13

de 22 de Março

Tendo em conta que através do Despacho Presidencial n.º 39/09, de 27 de Outubro, foi criado o Comité de Coordenação do Crédito Agrícola para garantir aos produtores nacionais o acesso aos equipamentos, materiais e factores de produção, mediante o recurso ao crédito bancário;

Havendo necessidade de actualizar o Comité no sentido de monitorar a implementação da linha de crédito;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É actualizado o Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, abreviadamente designado por CCCA, sob dependência do Titular do Poder Executivo.

2.º — O Comité ora criado é coordenado pelo Ministro da Economia e integra as seguintes entidades:

- a) Ministro das Finanças;
- b) Ministro da Agricultura;
- c) Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola — BDA.

3.º — O Comité acima referido possui as seguintes atribuições:

- a) Coordenar a implementação da linha de crédito agrícola a nível nacional;
- b) Avaliar o grau de cumprimento dos objectivos da linha de crédito agrícola e o seu impacto macro-económico;
- c) Pronunciar-se sobre as condições financeiras do crédito agrícola, mecanismos e procedimentos concretos que regulamentam a intervenção das instituições envolvidas;
- d) Propor as alterações julgadas necessárias às condições financeiras e de acesso, bem como os mecanismos e procedimentos específicos de implementação da Linha de Crédito Agrícola;
- e) Proceder ao ajustamento da taxa de juro aplicável ao Crédito.

4.º — Sem prejuízo do disposto no ponto 2, podem ser convidados para as reuniões do Comité de Coordenação os Presidentes dos Conselhos de Administração dos Bancos operadores da linha de crédito, o Presidente da UNACA, bem como as organizações ligadas ao sector agrícola e das pescas.

5.º — O Comité é apoiado por um Grupo Técnico integrado por representantes dos órgãos que o compõem e devem ser indicados por cada uma das entidades, no prazo de oito (8) dias.

6.º — O Coordenador do CCCA deve apresentar o programa de actividades do Comité ao Titular do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente Despacho.

7.º — O Coordenador do CCCA deve apresentar relatórios de prestação de Contas quinzenalmente ao Vice-Presidente da República, que acompanhará o andamento dos trabalhos e que devem ser submetidos à consideração do Titular do Poder Executivo para apreciação.

8.º — Os Ministros da Economia, das Finanças e da Agricultura devem aprovar por Decreto Executivo Conjunto o regulamento do Crédito Agrícola.

9.º — O Coordenador do Comité tem um prazo de (180) cento e oitenta dias, a contar da data da publicação do presente Despacho, para apresentar o relatório de balanço das actividades desenvolvidas ao Titular do Poder Executivo.

10.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho n.º 39/09, de 27 de Outubro.

11.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

12.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Março de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.
